

QUEM FORMA GESTORES? EVIDÊNCIAS DA FORMAÇÃO COLETIVA DO GESTOR A PARTIR DAS FINANÇAS PESSOAIS E A CONCEPÇÃO DE *HABITUS* EM BOURDIEU

*WHO FORMS MANAGERS? EVIDENCES OF THE COLLECTIVE FORMATION OF THE MANAGERS
FROM THE PERSONAL FINANCE AND THE CONCEPTION OF BOUDIEU'S HABITUS.*

DOI: <http://dx.doi.org/10.13059/racef.v9i3.562>

Emanuel Rodrigues Amorim^a e Jose Lindenberg Julião Xavier Filho^b

^a **Emanuel Rodrigues Amorim**
emanuelrodriguesufpe@gmail.com
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

^b **Jose Lindenberg Julião Xavier Filho**
lindenberg.xavier@ufpe.br
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Data de envio do artigo: 25 de maio de 2018

Data de aceite: 29 de dezembro de 2018

Palavras-chave:

Planejamento Financeiro;
Finanças Pessoais;
Habitus.

Resumo O objetivo desta pesquisa é entender como os concluintes em administração lidam com a dimensão do planejamento financeiro, visto que a gestão financeira no âmbito privado e público guarda semelhanças em termos de práticas, noção derivada da concepção de *habitus* em Pierre Bourdieu. O estudo contou com participação de 61,59% dos concluintes em Administração da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), do Centro Acadêmico do Agreste (CAA). Foi observado que a maioria dos concluintes não tem problemas com endividamento, mas não realizam planejamento de curto e longo prazo. Além disso, foi observado que experiências anteriores contribuem para a educação financeira, principalmente o *habitus* constituído por experiências no seio familiar, sugerindo a formação coletiva e social do gestor.

Keywords:

Financial planning;
Personal finances;
Habitus.

Abstract *The objective of this research is to understand how the graduates of management deal with the dimension of financial planning, since the financial management in the private and public sphere keeps similarities in terms of practices, notion derived from the conception of habitus in Pierre Bourdieu. The study counted on the participation of 61,59% of the graduates in Administration of the Federal University of Pernambuco (UFPE), the Agreste Academic Center (CAA). It was observed that the majority of the graduates do not have problems with indebtedness, but do not carry out short and long term planning. In addition, it was observed that previous experiences contribute to financial education, mainly the habitus constituted by experiences within the family, suggesting the collective and social formation of the manager.*

1. INTRODUÇÃO

A taxa de mortalidade das empresas nos primeiros dois anos (nascidas em 2007) é de 24,4% e, se consideramos a região Nordeste, esse número sobe para 28,7% (SEBRAE, 2013). Tal problema poderia ser evitado ou amenizado com alguns conhecimentos de planejamento e educação financeira, já que o endividamento é uma ação presente com realização no futuro e, neste caso, remete a decisões de planejamento.

A situação financeira das famílias também não desponta como satisfatória, e nesse contexto, deve-se destacar a propensão ao consumo e materialismo existente na atualidade. Em busca de status e satisfação pessoal, indivíduos se tornam consumidores compulsivos, adquirindo produtos, marcas e objetos com o intuito de preencher lacunas abertas pelo tecido social (PESSINI *et al.*, 2013).

Quando o consumo se torna um fator de busca por satisfação, existe a tendência de uma tomada de decisão acessando a outra racionalidade que

não a instrumental, antecipando o consumo e ignorando o ônus (pagamento de juros e/ou risco de inadimplência) existente. Assim, com a disponibilidade de crédito no mercado, a tomada de decisão sobre consumir agora e pagar juros ou poupar e pagar um valor menor parece cada vez mais complexa.

As dificuldades na tomada de decisão financeira não se encontram apenas nas diversas opções de pagamento, visto que as decisões quanto a onde investir o dinheiro buscando retornos também não são simples. Fatores como taxas de retorno, quantia inicial mínima e períodos de carência tornam as alternativas à poupança de difícil acesso à população em geral (LUCCI *et al.*, 2006). Dessa forma, a educação financeira é fundamental, pois influencia diretamente as decisões econômicas dos indivíduos e das famílias (SAVÓIA; SAITO; SANTANA, 2007) e tem seus efeitos na ordem social, quer aumentando o risco de fracasso das iniciativas empresariais, quer comprometendo a economia e as famílias pela inadimplência e stress financeiro, respectivamente.

Tomando por base essa dificuldade para a tomada de decisão e considerando que o planejar e o controlar são dimensões que contribuem para normalizar o consumo, experiências com estes assuntos podem formar um consumidor/empresário com características de atuar de melhor forma nessa sociedade do consumo. Assim, cursos que tenham estas experiências podem proporcionar uma melhora significativa na gestão financeira pessoal e organizacional.

Um desses cursos, o de administração, possui em sua matriz curricular disciplinas de finanças, cálculos e tomada de decisões. Possivelmente, os conhecimentos adquiridos nessa graduação seriam suficientes para melhorar o patamar atual das organizações ao proporcionar experiências com planejamentos, controles, processos e demais ferramentas da gestão.

O planejamento é a mais importante das funções gerenciais (MAXIMIANO, 2009) e, no âmbito da função do planejamento, as finanças são de importância primordial para a sobrevivência de uma organização, necessitando o planejador possuir satisfatória educação financeira como suporte para suas decisões. Contudo, é difícil mensurar a fração da educação financeira não decorrente das disciplinas cursadas na formação do administrador em nível de graduação (LUCCI *et al.*, 2006). Dessa forma, não se sabe se o administrador que realiza bons planejamentos financeiros tem essa habilidade decorrente dos conhecimentos adquiridos durante a graduação, ou se o planejamento, para ele, já era um *habitus* de acordo com a teoria de Pierre Bourdieu, adquirido do choque, da experiência com outras instituições da vida (família, igreja, escola).

Se o planejamento financeiro for um *habitus* na vida do administrador, o controle das finanças pessoais do aluno de administração será refletido em um bom controle das finanças organizacionais, futuramente gerenciadas por esses alunos, como comentam em termos de conclusão Fernandes e Candido (2014, p. 19):

Pesquisas nas instituições de ensino também devem ser priorizadas. Existe uma urgência para mudar esse cenário, pois os fatores que temos hoje podem resultar na inviabilidade do crescimento econômico do país. Como nossos alunos pensam e controlam seus recursos na infância e adolescência, pode ser a chave para a correção das gerações atuais e futuras.

Sendo assim, optou-se por investigar o caso dos alunos do Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco por serem os futuros administradores de uma região com grande potencial de desenvolvimento econômico como o Agreste Pernambucano. A partir das discussões oportunizadas nesta introdução desenvolveu-se a seguinte questão orientadora da pesquisa: Como os concluintes em administração lidam com a dimensão do planejamento financeiro (finanças pessoais)?

2. REFERENCIAL TEÓRICO

De todas as funções gerenciais o planejamento é a mais importante (MAXIMIANO, 2009). Isto porque é no planejamento que é definido como chegar a um determinado ponto no futuro, buscando racionalmente a melhor forma de chegar ao resultado esperado. Sendo assim, podemos definir planejamento como a função da administração responsável pela definição dos objetivos da organização e pela concepção de planos que integram e coordenam suas atividades. O planejamento tem a dupla atribuição de definir o que deve ser feito – objetivos – e como deve ser feito – planos (PECI; SOBRAL, 2008).

Entre os diversos tipos de planejamentos existentes, o financeiro é primordial para a estratégia de uma organização, pois a dimensão financeira (o caixa) determina a sobrevivência da empresa e a real possibilidade de executar os planos. Além disso, é através do plano financeiro que é possível determinar se a empresa possui liquidez para sanar seus compromissos ou se será necessário contrair financiamentos futuros (ARAUJO, 2013).

Segundo Gitman (1997, p. 589) o “planejamento financeiro é um aspecto importante para o funcionamento e sustentação da empresa, pois fornece roteiros para dirigir, coordenar e controlar suas ações na consecução de seus objetivos”, dando subsídios ao processo decisório nas decisões de financiamento, investimento e fluxo de caixa. Esse tipo de planejamento não é utilizado somente em organizações, sendo muito útil também para o indivíduo, uma vez que necessitamos controlar nossas finanças individuais, a fim de evitar a falência da pessoa física, ou a inviabilidade de realização de planos, de projetos.

Não fazer um bom planejamento financeiro pode ser bastante prejudicial para a vida de uma pessoa.

É comum relacionar as dificuldades financeiras à salários baixos ou pagamento de juros altos, mas não à falta de um planejamento adequado, em que o orçamento familiar é utilizado para as necessidades mais imperiosas, eliminando gastos supérfluos e programando compras futuras (HALLES; SOKOLOWSKI; HILGEMBERG, 2008). Esse tipo de planejamento pode ser ensinado, trabalhado e melhorado, necessitando, para isso, investir em educação financeira.

Para amenizar os riscos de uma falência da pessoa física (insolvência civil) é necessário que os indivíduos tenham acesso à educação financeira, pois independentemente do nível de renda, tal conhecimento “pode ajudar às famílias a terem a disciplina de poupar, dando a oportunidade de ter melhores condições para financiar a educação dos filhos, terem um plano de saúde, e uma vida mais confortável” (VIEIRA; BATAGLIA; SEREIA, 2011, p. 5).

Para a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE) (2005, p. 13), a Educação Financeira é definida como:

[...] o processo pelo qual consumidores e investidores melhoram seu entendimento sobre os conceitos e os produtos financeiros e, através da informação, instrução e/ou conselhos objetivos, desenvolvam as habilidades e a confiança para conhecer melhor os riscos e as oportunidades financeiras, e assim tomarem decisões fundamentadas que contribuem para melhorar seu bem-estar financeiro.

É importante ressaltar que a educação financeira não se trata apenas de saber lidar com contas bancárias e projetar orçamento para poupança futura, mas também, conseguir ter boas decisões de consumo, investimentos e poupança de acordo com a sua realidade financeira (MATSUMOTO, 2013).

A educação financeira é importante também para evitar o endividamento, pois permite conhecer os instrumentos corretos para a tomada de decisão e planejamento orçamentário, possibilitando escolher formas que possuam juros menores quando não for possível evitar se endividar (MALLMANN *et al.*, 2009).

A falta de educação financeira gera problemas como o consumo descontrolado, que pode ser percebido através da cultura de consumo instaurada. A percepção de riqueza é associada a acumulação e ostentação de bens e não ao acúmulo de valores que possam ser utilizados em situações imprevistas ou na realização de objetivos diversos ao longo da vida (HALLES; SOKOLOWSKI; HILGEMBERG, 2008).

Além disso, alguns comportamentos de consumo variam segundo a idade, estágio no ciclo de vida, ocupação, personalidade ou ainda eventos como casamento, nascimento de filhos e divórcios, o que afeta diretamente as decisões financeiras (KOTLER; KELLER, 2006). Sendo assim, torna-se necessário compreender os comportamentos de consumo e a racionalidade nas tomadas de decisão.

A hipótese dos mercados eficientes de Markowitz (1952) é um dos pilares centrais da moderna teoria de finanças (RABELO JUNIOR; IKEDA, 2004), que tem como pressuposto que os agentes são avessos ao risco e tomam suas decisões de forma racional, buscando sempre maximizar a utilidade do dinheiro visando seu bem-estar.

Essa racionalidade dos agentes econômicos é esperada ao se fazer uma análise do valor que o dinheiro possui ao longo do tempo, isto é, ao deixar de consumir no presente, aguardando um momento futuro, o dinheiro será investido e assim, ao final do prazo determinado, irá possuir um montante maior em relação ao dinheiro investido no momento em que se abdicou da compra (SOARES *et al.*, 2015). Vale aqui ressaltar que normalmente é esperado que exista inflação positiva no período, o que faz com que uma unidade monetária de valor tenha um poder de compra cada vez menor, sendo necessário, ao agente econômico racional, buscar investimentos que superem o valor de inflação para que possam garantir um montante superior em uma compra futura.

Contudo, pode-se afirmar que nem sempre os agentes econômicos são racionais ou, mais que isso, que a racionalidade que emprestam às suas práticas atenda aos mecanismos de meio-fins que se discute aqui, tendo em vista que novos estudos apontam que os indivíduos agem também tomados por emoções, o que é campo de estudo das finanças comportamentais. Esse ramo das finanças tenta explicar por que as pessoas tomam decisões aparentemente irracionais, baseadas em sentimentos e emoções, sem levar em consideração alguns fundamentos financeiros (MOREIRA *et al.*, 2015).

Dessa forma, pode ser explicado como o materialismo e a propensão ao consumo fazem com que o indivíduo esteja cada vez mais endividado, tendo em vista que suas decisões financeiras não são racionais, e sim, fruto de uma distorção cognitiva que o leva a associar consumo com bem-estar, existindo assim pessoas que na busca pelo status e satisfação

pessoal se lançam como consumidores compulsivos, adquirindo produtos e marcas com o objetivo de diminuir o desprestígio social que sentem (PESSINI *et al.*, 2013). É o fetiche da mercadoria de que Baudrillard (2008) discute como central na sociedade do consumo, fomentando a busca de realização através do consumo, mesmo quando o sujeito está desprovido de recursos, fazendo com que, possivelmente, tome a decisão de aumentar seu grau de endividamento.

O endividamento é o resultado do processo de contrair uma ou mais dívidas que são geradas a partir da utilização do capital de terceiros. Sendo assim, qualquer pessoa que tenha assumido um saldo devedor estará endividada, ainda que cumprindo com as obrigações de pagamento de parcelas (VIEIRA *et al.*, 2014). O sobre-endividamento ocorre quando o indivíduo não consegue cumprir suas obrigações com seus credores, podendo ser passiva quando ocorre independentemente do comportamento de consumo do sujeito, sendo originado por acontecimentos inesperados não previsíveis. E ativa, quando é fruto de uma ingerência das finanças pessoais, sendo o comportamento do sujeito determinante para que o sobre-endividamento tenha ocorrido (VIEIRA *et al.*, 2014).

É importante ressaltar que são diferentes as situações de estar endividado e estar inadimplente. Segundo Pessini *et al.* (2013, p. 1) “é considerada inadimplente a pessoa que não tem condições de pagar todas as suas despesas e que o atraso das contas supere o prazo de um mês”.

Diversos são os fatores que geram o sobre-endividamento: o uso do cartão de crédito, que gera uma dissonância cognitiva nos consumidores ao não perceber, no momento da compra, a subtração de dinheiro, além de oferecer a possibilidade de não pagar o valor total da fatura; as famílias que não possuem reservas para imprevistos e emergências; ter um estilo de vida que não se adequa a realidade financeira vivida naquele momento (SANTOS; SILVA, 2014).

Strate (2010) destaca que um bom orçamento familiar é essencial para conquistar condições particulares de qualidade de vida, como ter uma casa própria, aderir um plano de saúde, automóvel, prover instrução para os filhos e demais bens e serviços necessários à manutenção da vida social. Dessa forma, a racionalização das necessidades é essencial para uma boa qualidade de vida. Sendo assim, é possível afirmar que é perfeitamente

aceitável um comportamento de consumo em que há um endividamento para adquirir bens de uso essencial, desde que as prestações estejam dentro da realidade financeira familiar para evitar o risco de inadimplência.

Uma vez que foram discutidos os conceitos relacionados as finanças pessoais que norteiam este trabalho, a partir de agora passaremos a discorrer sobre a mútua influência existente entre agentes e estruturas sociais.

Diversos autores, como mencionado por Minayo (2001), refletiram acerca da influência das estruturas sociais nos indivíduos, como a título de exemplo Durkheim, Radcliffe Brown, Marx e Engels, Lévi-Strauss e Althusser. Numa aproximação possível, tais autores se alinham no pensamento de que a sociedade é “determinada por causas positivas, exteriores aos indivíduos, sendo o comportamento humano uma resultante de leis dos processos sociais” (MINAYO, 2001, p. 2). Em contraposição a esse pensamento estruturalista, uma corrente fomentada no pensamento de Weber, defende que o indivíduo é o sujeito das ações sociais, autor da realidade, porque define e cria situações, ele é o criador das estruturas e, embora estas passem a constrangê-lo, sua significação é dada pelos seres humanos e sua importância é percebida enquanto o sujeito assim desejar (MINAYO, 2001).

Para fins dos estudos a que esse trabalho se propõe, lançaremos um olhar à questão indivíduo-estrutura a luz do pensamento de Pierre Bourdieu e sua teoria do *habitus*, que incorpora desdobramentos a partir da agência do sujeito e as restrições constitutivas a partir da estrutura.

Bourdieu foi um sociólogo francês que ficou conhecido como um dos mais importantes pensadores do século XX. Sua obra contribui para diversas áreas das ciências sociais, não se limitando apenas à sociologia. É parte importante em sua obra a ideia de *habitus*, que propõe um meio termo entre o estruturalismo e o subjetivismo pleno, em que os indivíduos não são simplesmente determinados pela estrutura a qual estão inseridos, nem são plenamente determinantes da sua forma de pensar e agir independentemente dessas estruturas (LEÃO *et al.*, 2013).

Bourdieu (1990, p. 22) afirma que o *habitus* é:

[...] um velho conceito aristotélico-tomista que repensei completamente, como uma maneira de escapar dessa alternativa do estruturalismo sem sujeito e da filosofia do sujeito. Também aqui, alguns fenomenólogos - o próprio

Husserl, que destina um papel à noção de *habitus* na análise da experiência antepredicativa, ou Merleau-Ponty, e mesmo Heidegger - abriam caminho para uma análise nem intelectualista nem mecanicista da relação entre o agente e o mundo.

O *habitus* é um sistema de disposições e modos de percepção que nos levam a agir de determinada forma (THIRY-CHERQUES, 2006). Esse sistema funciona para Thiry-Cherques (2006, p. 33) como:

[...] princípio gerador e organizador de práticas e de representações, associado a uma classe particular de condições de existência. O *habitus* gera uma lógica, uma racionalidade prática, irredutível à razão teórica. É adquirido mediante a interação social e, ao mesmo tempo, é o classificador e o organizador desta interação. É condicionante e é condicionador das nossas ações.

Segundo Setton (2002), o *habitus* é um instrumento conceptual que permite examinar a coerência das características dos indivíduos dispostos às mesmas condições de existência. Ele ainda auxilia a apreender certa homogeneidade nas disposições, nos gostos e preferências de grupos e/ou indivíduos produtos de uma mesma trajetória social. Assim, possivelmente, um grupo de pessoas que tiveram uma mesma formação escolar pode ter comportamentos e percepções semelhantes, dado que a escola, desde a infância até o início das atividades laborais, pode consolidar algumas práticas, contudo, não constitui um *habitus* sozinha, em virtude de esses grupos estarem expostos a outras estruturas estruturantes/estruturadas do/ pelo *habitus* como, por exemplo, a família e a religião.

Para fins dessa pesquisa, operacionalizaremos o entendimento de que o *habitus* é estruturado (resultado) pela incorporação das estruturas sociais e pela posição na trajetória do sujeito, e também é estruturante (causa) das ações, percepções e representações dos sujeitos.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho tem como objetivo entender como os concluintes em administração lidam com a dimensão do planejamento financeiro. Essa pesquisa parte do entendimento de que as habilidades necessárias para o administrador são apreendidas no decorrer da vida, não se limitando apenas aos conhecimentos adquiridos durante a graduação.

Seguindo a classificação admitida por Gil (2002), a presente pesquisa pode ser classificada, quanto aos objetivos, como descritiva, pois tem como finalidade a descrição de como os concluintes do curso de administração da UFPE/CAA lidam com as finanças pessoais, na tentativa de estabelecer relações entre determinadas características e comportamentos. Ainda segundo o autor, a pesquisa também pode ser classificada quanto ao delineamento dos procedimentos técnicos utilizados e, neste caso, trata-se de um levantamento feito através de questionário, que foi analisado utilizando-se uma abordagem quantitativa.

O questionário foi construído com base em instrumentos já aplicados em pesquisas com temas análogos, como os trabalhos de Conto (2016), Vieira, Betaglia e Sereia (2011) e Lucci *et al.* (2006), bem como com questões de formulação própria tendo por base o referencial teórico deste trabalho.

Em relação à escolha da população, poderiam ter sido selecionados estudantes dos cursos de administração de qualquer instituição do país, dado que as graduações são regulamentadas pelo Ministério da Educação (MEC) e, por isso, os componentes curriculares são bastante semelhantes em sua essência, todas regidas pela resolução de número 4 de 2005 (BRASIL, 2005). Diante disso, optou-se pelos critérios da conveniência e da acessibilidade, direcionando a seleção para formandos do curso de Administração da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Centro Acadêmico do Agreste (CAA), localizado no município de Caruaru, agreste pernambucano. Esta escolha, porém, impõe uma limitação à pesquisa, haja vista que, se as condições sócio-históricas de outra região diferirem significativamente das condições do Agreste Pernambucano, os achados podem não dialogar com outras experiências situadas.

A fim de selecionar os alunos concluintes (participantes), foi definido como critério de seleção os discentes que cursaram nove ou mais semestres e estão matriculados em disciplinas aleatórias pendentes para concluir os componentes curriculares obrigatórios. Ou seja, a intenção foi priorizar a seleção dos estudantes pelo tempo de permanência na universidade, mantendo alinhamento com a noção do vivido para a construção do *habitus*. Entretanto, após encontrar dificuldades para localizar esses estudantes, sejam de ordem de disponibilidade de tempo ou mesmo

de acesso à informação de matrículas, optou-se por selecionar todos os alunos que estivessem cursando pelo menos uma das três disciplinas que, pelo perfil curricular do curso, fazem parte do 9º período, isto é, que estivessem matriculados em Gestão Social, Gestão Sustentável ou Seminários de Atualização em Administração nos turnos da manhã ou noite.

Os procedimentos de seleção culminaram numa população intencionada de 138 alunos, que contou com 95 participantes. Destes 10 questionários foram anulados por apresentarem itens em branco, invalidando 10 questionários, chegando, assim, a uma amostra final de 85 concluintes, que representa 61,59% da população (matriculados nas disciplinas indicadas).

O questionário foi aplicado durante as aulas das disciplinas do 9º período, com a anuência dos professores, sem qualquer interferência ou explicação sobre as questões por parte do pesquisador, com os alunos presentes em sala de aula no período de 19/05/2016 a 08/06/2016.

Para a análise de dados, foi utilizada a técnica de estatística descritiva e as observações advindas do referencial teórico. Testes adicionais de diferença de média foram aplicados quando as questões respondidas envolviam escala tipo Likert de cinco pontos (discordo totalmente – concordo totalmente). Procedeu-se também, de forma adicional, a relação entre as questões envolvendo escala Likert e as variáveis sócio-econômicas a fim de verificar se alguma variável guardava vinculação com a dimensão financeira.

Para mensurar os dados, foram criados o Índice de Planejamento Financeiro (IPF), Índice de Educação Financeira (IEF), Índice de Comportamento de Consumo (ICC) e o Índice de Endividamento (IE), com a média das pontuações das 23 afirmativas referentes aos temas correlacionados nas questões que envolviam a escala. Além destes, foi criado o Índice de Gestão das Finanças Pessoais (IGFP), que é uma média de todas as questões que utilizam a escala, disponíveis no apêndice 1. Todos os índices variam de 1 a 5 (discordo totalmente; discordo parcialmente; não discordo nem concordo; concordo parcialmente e concordo totalmente) e quanto maior o valor, melhor é considerada a gestão financeira do respondente.

Dessa forma, diante de uma afirmação como “Quando vou comprar, costumo fazer pesquisa de preço e condições de pagamento” a concordância do respondente significa uma maior pontuação para

o ICC, por exemplo. São considerados satisfatórios os índices que atingirem 4 (valor que representa 75% da escala de 1 a 5). A descrição de quais questões que foram utilizadas na construção de cada índice está disponível no apêndice 2.

Para verificar a relevância na diferença entre médias encontradas em grupos distintos da amostra, foi utilizado o teste de diferença de média, cujos procedimentos seguidos foram apresentados por Larson e Farber (2010), atribuindo significância estatística através das tabelas normalizadas.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO

A amostra da pesquisa é composta por 85 estudantes, sendo 48 matriculados a noite e 37 no período matutino, com idade média de 23,5 anos e que já passaram em média 8,6 semestres na graduação, tempo considerado para a apresentação das diversas ferramentas da gestão ao discentes, em particular o planejamento financeiro. Com 8,6 semestres na graduação, os discentes participantes da amostra se aproximam da conclusão do curso em Administração, ou seja, estão concluindo um processo formativo para o exercício de profissão de administrador e se espera que as competências para o exercício da profissão estejam presentes em alguma medida nestes discentes.

No que se refere à renda, a distribuição de rendimento líquido entre os respondentes é concentrada, em sua maior parte, nas faixas salariais menores, em que 51,76% dos respondentes recebem até 1 salário mínimo e 38,82% de 1 a 3 salários mínimos.

Devido à baixa média de idade dos participantes, infere-se que estes ainda estão no começo de suas trajetórias profissionais, o que justifica a maior parte da amostra possuir renda de até 3 salários mínimos. É possível que a quantidade de rendimentos interfira nas decisões de consumo e poupança dos agentes, por isso, a baixa incidência de respondentes com rendimentos maiores acaba por se tornar uma limitação da pesquisa.

No que diz respeito a poupança, mais de 50% dos concluintes ou não poupam nada ou poupam até 10% apenas dos seus rendimentos. Essa realidade pode sinalizar que a percepção de riqueza, entre os respondentes, está mais associada à ostentação de bens do que à garantia de reservas para imprevistos, o que está de acordo com o que é afirmado por Halles,

Sokolowski e Hilgemberg (2008). Outra ideia possível é que o nível de renda da maior parte da amostra não possibilita a não utilização de toda remuneração nas despesas mensais.

Ainda sobre poupança e reservas financeiras 68,75% da amostra não teria reservas para mais do que 3 meses em caso de um imprevisto como o desemprego. Esse dado é semelhante ao encontrado por Oliveira *et al.* (2018) em sua pesquisa que 65% dos alunos entrevistados não teriam reservas para mais de 3 meses. Não se preparar para situações imprevistas é um dos motivos existentes para que os indivíduos não consigam saldar suas dívidas.

Em se tratando de endividamento, os dados coletados mostram que os concluintes, em sua maioria (75,29%), ou não possuem dívidas ou as pagam em dia e com folga. Esse resultado é semelhante ao de Oliveira *et al.* (2018) no qual 82% dos alunos de Administração, Economia e Ciências Contábeis arcavam com seus compromissos financeiros em dia. Sobre isso, pode-se afirmar que se trata de um dos benefícios de se possuir conhecimento em educação financeira conforme exposto por Matsumoto (2013). Para esse percentual da amostra, esse conhecimento possibilita melhores decisões de consumo, evitando assim, pagamentos de juros e rolagem de dívidas que ficam cada vez maiores. A adequação de consumo/poupança à realidade financeira é reproduzida na situação de endividamento em que um indivíduo se encontra.

Em se tratando de educação financeira, ao se questionar o grau de importância das diversas fontes de conhecimento para se fazer gestão financeira, a média das respostas em uma escala de 1 a 5, em que 5 é mais importante e 1 menos importante, obteve-se os seguintes resultados por ordem de importância: Experiência prática (3,953); Em casa com a família (3,619); Aulas da faculdade (3,250); Revistas, Livros, Internet, TV/Rádio (2,881) e Conversa com amigos (2,119).

Esse resultado mostra que no processo educacional em gestão financeira a experiência prática e conhecimentos advindos da família, na visão dos concluintes, são mais importantes do que as próprias aulas na faculdade. Esse é um forte indício que reforça a ideia de que o *habitus* adquirido ao longo da vida e a instituição família têm um grande peso nos conhecimentos sobre gestão, no caso estudado nesta pesquisa, a gestão financeira. A qualidade do empresariado, portanto, não guarda relação apenas com escolas de negócios. Sendo assim, é possível

afirmar que ofertar ensino técnico e científico não é caminho seguro para melhorar a qualidade do empresariado, pois competências que contribuem para a melhoria na gestão das organizações são desenvolvidas durante a vida do sujeito, em suas experiências ordinárias na família, igreja e escola secundaristas. Ou seja, o *habitus*, como discutido por Bourdieu (1990), de um gestor é formado durante sua vida e contato com instituições de toda a ordem, e não apenas na escola de negócios.

Outro ponto em que as finanças pessoais podem ser confrontadas com decisões administrativas é no planejamento de longo prazo, para esse item, a pesquisa buscou verificar o posicionamento da amostra em relação à aposentadoria. Foi verificado que a maioria dos respondentes (78,83%) ou não se preocupou com isso ainda, ou até tem planos de começar a poupar, mas ainda não começou a executar nenhum plano concreto, o que pode ser um reflexo da baixa idade da maior parte dos respondentes, tendo em vista que as preocupações com aposentadoria tendem a aumentar a medida que o indivíduo vislumbra de maneira mais próxima o gozo do benefício.

Através das informações até aqui demonstradas, pode-se afirmar que foi atingido o objetivo geral deste trabalho, ou seja, entender como os concluintes em administração lidam com a dimensão do planejamento financeiro (finanças pessoais). Para atingir o objetivo deste trabalho, isto é, entender como os concluintes em administração lidam com a dimensão do planejamento financeiro, discutiremos a seguir a análise dos indicadores criados para mensurar a gestão financeira da amostra.

A partir desse momento realizaremos a análise dos indicadores criados para mensurar a gestão financeira dos concluintes.

A amostra apresentou um Índice de Gestão das Finanças Pessoais (IGFP) de 3,992 que chega perto do intervalo considerado satisfatório, pois demonstrou que os concluintes possuem uma preocupação com gestão das finanças pessoais, apesar de não estarem totalmente aptos nesse quesito. Neste sentido, percebe-se certa insegurança por parte da amostra quanto à própria gestão financeira, pois, quando questionados sobre a possibilidade de incluir uma disciplina específica de educação financeira, com enfoque em finanças pessoais, na grade curricular do curso, 82,35% dos respondentes consideraram muito importante a inclusão dessa disciplina, possivelmente por apresentarem algum tipo de dificuldade no assunto.

Dentre os índices específicos, destacam-se o menor valor atingido, referente ao Índice de Planejamento Financeiro (IPF), com 3,799, e o maior valor, referente ao Índice de Educação Financeira (IEF), com 4,296. O valor do Índice de Comportamento de Consumo (ICC) foi de 3,907 e do Índice de Endividamento (IE) foi de 4,031.

Os índices encontrados demonstram que a amostra não conseguiu atingir um nível satisfatório de planejamento financeiro e comportamento de consumo. Esse resultado pode demonstrar um comportamento que influi complementarmente nos dois índices, tendo em vista que se o sujeito comprar por impulso ele não segue um planejamento financeiro de gastos. Já os valores satisfatórios encontrados nos valores referentes ao endividamento e à educação financeira condiz com o fato de que pessoas com um

conhecimento de finanças terão decisões melhores de consumo, refletindo no baixo endividamento.

No que diz respeito ao turno, a maioria dos concluintes, 48 (56,47%), está matriculada no período noturno e apresentou um IGFP = 4,008, enquanto 37 (43,53%) estão matriculados na manhã e apresentaram um IGFP = 3,971. Contudo, essa diferença encontrada apresentou um $Z_c = -0,3399$ (significância em 36,70%) e, portanto, não se mostrou relevante.

Quanto ao estado civil, 73 (85,88%) respondentes são solteiros e apresentaram um IGFP = 3,987 e 12 (14,12%) são casados ou estão em uma união estável e apresentaram um IGFP = 4,022 (Tabela 1). Para o exemplo em questão, apesar da tabela 1 mostrar o teste de médias, a rigor não se poderia usar o teste pelo critério apresentado por Larson e Faber (2010), pois uma das amostras tem tamanho inferior a 30.

Tabela 1 - Teste de médias por estado civil

Solteiros			Casados/União Estável		Teste de Médias			
	Valor	Σ	Valor	σ		Valor	Significância	
n:	73		n:	12				
IPF:	3,810	0,446	IPF:	3,731	0,593	Zc IPF:	0,4404	32,98%
IEF:	4,270	0,298	IEF:	4,452	0,300	Zc IEF:	-1,9532	2,54%
ICC:	3,901	0,543	ICC:	3,944	0,460	Zc ICC:	-0,2945	38,42%
IE:	4,046	0,486	IE:	3,944	0,614	Zc IE:	0,5435	29,34%
IGFP:	3,987	0,487	IGFP:	4,022	0,576	Zc IGFP:	-0,2003	42,06%

Fonte: Resultados da pesquisa (2018).

O resultado aponta, para o grupo dos Casados/União Estável, uma melhora nos índices IEF e ICC, mas apresenta uma piora nos índices IPF e IE. Tal resultado indica que pessoas que estão em um casamento/união estável têm maior consciência/educação financeira, com comportamento de consumo mais adequado. Entretanto, os solteiros tendem a manter um melhor planejamento financeiro e comportamento menos propício ao endividamento

em relação aos casados. Seria necessário, então, verificar se esse endividamento, entre os casados, é decorrente da aquisição de bens de maior valor, como imóvel e veículo, indispensáveis, ou da aquisição de bens supérfluos.

Quanto ao gênero, 48 (56,47%) respondentes são homens e apresentaram um IGFP = 4,043 e 37 (43,53%) são mulheres e apresentaram um IGFP = 3,924 (Tabela 2).

Tabela 2 - Teste de médias por gênero

Homens			Mulheres		Teste de Médias			
	Valor	Σ	Valor	σ		Valor	Significância	
n:	48		n:	37				
IPF:	3,859	0,463	IPF:	3,722	0,483	Zc IPF:	1,3191	9,36%
IEF:	4,292	0,313	IEF:	4,301	0,286	Zc IEF:	-0,1455	44,22%
ICC:	4,009	0,481	ICC:	3,775	0,585	Zc ICC:	1,9774	2,40%
IE:	4,160	0,557	IE:	3,865	0,459	Zc IE:	2,6734	0,38%
IGFP:	4,043	0,469	IGFP:	3,924	0,539	Zc IGFP:	1,0705	14,22%

Fonte: Resultados da pesquisa (2018).

O resultado aponta uma diferença nos IPF, ICC e IE com significância em menos de 10%. Esse resultado está de acordo com a pesquisa de Mallmann *et al.* (2009) mostrando que as mulheres têm uma maior propensão ao endividamento e ao consumo compulsivo.

Separando a amostra entre os que seguem um orçamento ou plano de gastos e os que não seguem foram encontradas as diferenças mais relevantes (Tabela 3).

Tabela 3 - Teste de médias entre os que seguem ou não orçamento

	Sim		Não		Teste de Médias			
	Valor	σ	Valor	σ	Valor	Significância		
n:	54		n:	31				
IPF:	3,959	0,420	IPF:	3,521	0,547	Zc IPF:	3,8485	0,01%
IEF:	4,354	0,311	IEF:	4,194	0,331	Zc IEF:	2,2087	1,36%
ICC:	4,016	0,495	ICC:	3,717	0,570	Zc ICC:	2,4442	0,73%
IE:	4,185	0,449	IE:	3,763	0,599	Zc IE:	3,4060	0,03%
IGFP:	4,108	0,457	IGFP:	3,789	0,575	Zc IGFP:	2,6459	0,41%

Fonte: Resultados da pesquisa (2018).

Entre os que seguem orçamento, todos os índices foram melhores e com relevância estatística. Quando se cria a rotina de seguir um orçamento, invariavelmente se planeja o futuro e se estabelecem mecanismos de controle, atividades típicas de um administrador. Dessa forma, seguir um orçamento de

maneira frequente contribui para incorporação de práticas de gestão e ao acúmulo de conhecimentos em educação financeira e planejamento financeiro.

Ao verificar a diferença entre as médias dos que discutem ou não finanças com a família foi verificada uma significância em 5% no IEF (Tabela 4).

Tabela 4 - Teste de médias entre os que discutem ou não finanças com a família

	Sim		Não		Teste de Médias			
	Valor	σ	Valor	σ	Valor	Significância		
n:	70		n:	15				
IPF:	3,828	0,463	IPF:	3,667	0,570	Zc IPF:	1,0242	15,29%
IEF:	4,343	0,254	IEF:	4,076	0,616	Zc IEF:	1,6460	4,99%
ICC:	3,913	0,537	ICC:	3,881	0,463	Zc ICC:	0,2301	40,90%
IE:	4,005	0,521	IE:	4,156	0,429	Zc IE:	-1,1875	11,75%
IGFP:	4,021	0,495	IGFP:	3,855	0,578	Zc IGFP:	1,0316	15,11%

Fonte: Resultados da pesquisa (2018).

Esse resultado reforça o já apresentado, mostrando que a instituição família tem grande peso no processo de formação do administrador, aqui significativo abaixo de 5% apenas no IEF, contudo com significância em 15% no IGFP que poderia ter um valor mais relevante se o tamanho da amostra fosse maior ou um dos grupos estudados nesse quesito não tivesse sido menor do que 30. Esse resultado é central à esta pesquisa, pois indica que a qualidade da decisão em finanças, aqui tratada como uma dimensão da atuação do administrador, começa a ter seus traços no ambiente familiar.

Logo, o administrador carrega consigo traços de uma educação financeira, que se projetará para sua experiência profissional, que advém de momentos anteriores à sua formação acadêmica, dando os contornos de uma formação coletiva e social do administrador.

Outro ponto que possivelmente sensibiliza o *habitus* dos estudantes é a convivência anterior com administradores, por isso, foram estudadas também as diferenças existentes entre os que possuem ou não empresários(s) na família (Tabela 5).

Tabela 5 - Teste de médias entre os que possuem ou não empresários na família.

	Sim		Não		Teste de Médias			
	Valor	σ	Valor	σ	Valor	Significância		
n:	30		n:	55				
IPF:	3,726	0,309	IPF:	3,839	0,541	Zc IPF:	-1,2282	10,97%
IEF:	4,381	0,293	IEF:	4,249	0,325	Zc IEF:	1,9040	2,85%
ICC:	3,863	0,485	ICC:	3,931	0,554	Zc ICC:	-0,5901	27,76%
IE:	3,878	0,434	IE:	4,115	0,550	Zc IE:	-2,1882	1,43%
IGFP:	3,990	0,469	IGFP:	3,992	0,522	Zc IGFP:	-0,0231	49,08%

Fonte: Resultados da pesquisa (2018).

Novamente, o IEF teve diferença estatisticamente significativa (menor que 5%), e, dessa forma, podemos afirmar que experiências passadas, quer seja seguindo orçamento e criando essa rotina, discutindo decisões financeiras com a família ou convivendo com empresários contribui com a educação financeira. Sendo assim, é crível pensar que, para criar nos futuros gestores uma cultura ou melhorar a educação financeira, não adianta ofertá-la somente na faculdade. A qualidade do gestor não se faz apenas na graduação, mas num acúmulo de competências que remete tanto a experiência nas IES quanto em experiências anteriores. Isto posto, se

é interesse para as escolas de gestão e, mais ainda, para a sociedade, que o profissional saia com esse domínio (finanças pessoais), ao ponto de colocar em prática esses conhecimentos na sua vida profissional, é preciso uma formação prévia, confirmando assim a ideia de formação coletiva do administrador.

Para averiguar a possibilidade da influência de conhecimentos anteriores em educação financeira na gestão financeira atual da amostra, foi verificado, também, se existiam diferenças nas médias atingidas por quem teve educação financeira na escola e quem não teve (Tabela 6).

Tabela 6 -Teste de médias entre os que tiveram ou não educação financeira na escola.

	Sim		Não		Teste de Médias			
	Valor	σ	Valor	σ	Valor	Significância		
n:	17		n:	68				
IPF:	3,889	0,384	IPF:	3,777	0,478	Zc IPF:	1,0220	15,34%
IEF:	4,353	0,331	IEF:	4,282	0,291	Zc IEF:	0,8146	20,77%
ICC:	3,843	0,507	ICC:	3,923	0,527	Zc ICC:	-0,5779	28,17%
IE:	4,137	0,530	IE:	4,005	0,501	Zc IE:	0,9303	17,61%
IGFP:	4,026	0,495	IGFP:	3,983	0,496	Zc IGFP:	0,3173	37,55%

Fonte: Resultados da pesquisa (2018).

Nessa comparação, foi constatada a existência de médias um pouco melhores para aqueles que tiveram educação financeira na escola, contudo, esse teste não apresentou significância estatística relevante. A significância, nesse caso, novamente poderia ter valor mais relevante se o tamanho da amostra fosse maior ou um dos grupos estudados nesse quesito não tivesse sido menor do que 30, condição sugerida por Larson e Faber (2010) para a aplicação deste teste. Outro ponto que chama a atenção é o fato de que a grande maioria dos concluintes não teve acesso a esse conhecimento na escola. Como já discutido, a educação financeira é importante, não somente para a formação de

administradores, mas também para promover uma cidadania mais consciente.

Comparando as médias entre os que tiveram experiência prática por já terem trabalhado na área financeira, foi observado um melhor IGFP para aqueles que têm experiência (4,068) do que para aqueles que não tiveram essa prática (3,976), porém o comparativo não foi estatisticamente relevante, apresentando um Zc de 0,676 (24,95%). A aplicação do teste comparativo de médias, mais uma vez, foi prejudicada pelo não atendimento das condições propostas por Larson e Faber (2010) para o tamanho mínimo dos grupos (30), visto que apenas 14 concluintes já tiveram essa experiência.

Diante das discussões aqui realizadas, é possível afirmar que os concluintes do curso de administração da UFPE/CAA possuem uma boa gestão das finanças pessoais, em especial por apresentarem satisfatório conhecimento de educação financeira e boa situação quanto a endividamento, apesar de não realizarem um bom planejamento financeiro. Pode-se também afirmar que a construção dos conhecimentos necessários ao administrador não é feita somente na faculdade, sendo necessário incentivar a inclusão da educação financeira na escola, o uso de orçamentos pelos jovens e discussões sobre a temática no âmbito familiar, promovendo, assim, uma melhor qualidade do empresariado brasileiro e uma sociedade com consumidores mais conscientes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi evidenciado, conclui-se que foi possível entender como os formandos em administração lidam com a dimensão do planejamento financeiro (objetivo geral), bem como verificar fatores que podem influenciar as boas práticas de gestão das finanças pessoais, a relação entre a educação financeira e a gestão das finanças pessoais e as possíveis relações entre algumas instituições formadoras do *habitus* do indivíduo e as boas práticas de planejamento financeiro. Desse modo, é possível afirmar que os objetivos delineados foram alcançados.

Mesmo que não tenha sido possível atribuir significância à variável “educação financeira na escola”, em decorrência do pequeno número de respondentes na amostra que tiveram essa oportunidade, verificou-se que seguir um orçamento ou plano de gastos é relevante e, dada a sua significância, é válido ventilar em favor da inclusão deste instrumento na educação de crianças e jovens, desde a sua formação na escola e no âmbito familiar. Essa prática vai projetar uma geração com maior capacidade de gestão de suas próprias finanças, evitando problemas como o sobreendividamento da população, que repercutirá num profissional mais competente na gestão financeira, cobrindo competências necessárias ao gestor e contribuindo para a melhora na qualidade do empresariado nacional.

Esse é um ponto importante desta pesquisa. Instituições que não se vinculam tão facilmente na

discussão das competências gerenciais surgem como constituidoras do *Habitus* do gestor, tais como família e escola secundarista. Implica em dizer que *olócus* de investigação quando se trata de formação técnica ou científica do gestor deve contemplar o conjunto plural de experiências que o estudante acumula durante sua vida, pois estas experiências dão os contornos de como ele aprende e significa o mundo ao seu redor, concorrendo para o desenvolvimento de competências potencializadas pelas experiências vividas.

Assim, algumas instituições formadoras do *habitus* mostraram interferir na educação financeira e, sendo assim, para melhorar a qualidade do empresariado brasileiro, garantindo maior índice de sobrevivência das organizações, é importante pensar a formação dos administradores para além da faculdade, construindo um processo de formação coletiva do administrador, uma ambiência na qual competências podem ser trabalhadas no relacionamento do indivíduo com outras instituições, tais como família, escola e igreja.

O entendimento que se alimenta dos resultados se aproxima de uma relação dual de constituição, de modo que competências dispersas no tecido social e não vinculadas ao exercício da gestão profissional concorrem para produzir este profissional. Assim, o gerente – e *suas competências* – é um produto social, emana do tecido social, ficando cada vez mais a ideia de que a melhora nas competências da gestão deve envolver um projeto de desenvolvimento social.

Algumas limitações se fizeram presentes no desenvolvimento deste trabalho. Devido à faixa etária da maioria dos respondentes e a pouca experiência no mercado de trabalho, a amostra não teve a diversificação necessária para verificar a influência de fatores como renda e idade nos comportamentos de gestão das finanças pessoais. Apesar do quantitativo de respondentes ter se mostrado satisfatório para atingir os objetivos, a pesquisa poderia ter resultados estatisticamente mais relevantes com uma população e amostra maior. A não diversificação de regiões sócio-demográficas também pode influenciar os resultados aqui alcançados. Recomenda-se que pesquisas futuras procurem mais de uma universidade em regiões diferentes do país para que possam sanar tais limitações.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, P. F. L. M. **Planejamento Financeiro**. 2013.
- BAUDRILLARD, J. **A sociedade de consumo**. Portugal: Edições 70, 2008.
- BOURDIEU, P. **Coisas Ditas**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1990.
- BRASIL, CNPQ. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Ensino Superior. **Resolução 04, de 13 de julho de 2005**.
- CONTO, S. M. *et al.* O Comportamento de alunos do ensino médio do Vale do Taquari em relação às Finanças Pessoais. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**, v. 8, n. 2, p. 182-206, 2016.
- FERNANDES, A. H. S.; CANDIDO, J. G. Educação Financeira e nível do endividamento: Relato de pesquisa entre os estudantes de uma instituição de ensino da cidade de São Paulo. **Revista Eletrônica Gestão e Serviços**, São Paulo, v. 5 n. 2, jul./dez. 2014.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- GITMAN, L. J. **Princípios da administração financeira**. São Paulo: Habra, 1997
- HALLES, C. R.; SOKOLOWSKI, R.; HILGEMBERG. **O planejamento financeiro como instrumento de qualidade de vida**. In: Seminário de Políticas Públicas no Paraná: Escola do Governo e Universidades Estaduais, I, 31 Jul.-1 Ago, Curitiba (PR), 2008.
- KOTLER, P.; KELLER, K. L. **Administração de marketing**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.
- LARSON, R.; FARBER, B. **Estatística aplicada**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.
- LEÃO, A. L. M. S. *et al.* O *Habitus* de uma Rede em Expansão: as disposições do arranjo vitivinícola do Vale do São Francisco. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 15, n. 46, p. 39, 2013
- PESSINI, C. *et al.* **Principais fatores causadores da inadimplência**. In: Seminário de Iniciação Científica de Ciências Contábeis, II, Caxias do Sul (RS), 2013.
- LUCCI, C. R. *et al.* **A influência da educação financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos**. In: Seminários em Administração (SEMEAD), IX, 10-11 Ago., São Paulo (SP), 2006.
- MALLMANN, E. I. *et al.* **Finanças Pessoais: Análise dos gastos e da propensão ao endividamento em estudantes de Administração**. In: Seminários em Administração (SEMEAD), XII, 27-28 Ago, São Paulo (SP), 2009.
- MARKOWITZ, H. Portfolio selection. **The journal of finance**, v. 7, n. 1, p. 77-91, 1952.
- MATSUMOTO, A. S. *et al.* **Educação financeira: Estudo comparativo entre estudantes de uma universidade pública (PR) e uma privada (DF)**. In: Seminários em Administração (SEMEAD), XVI, 24-25 Out., São Paulo (SP), 2013.
- MAXIMIANO, A. C. A. **Introdução à Administração**. São Paulo: Atlas, 2009.
- MINAYO, M. C. S. Estrutura e sujeito, determinismo e protagonismo histórico: uma reflexão sobre a práxis da saúde coletiva. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 6, n. 1, p. 7-19, 2001.
- MOREIRA, F. C. *et al.* Finanças Comportamentais: Avaliação do Perfil e Comportamento dos Alunos das áreas de Educação, Ciências Jurídicas e Gerenciais Da FEOL. **Revista Acadêmica FEOL**, v. 2, n. 1, p. 16-32, 2015.
- OLIVEIRA, M. F. *et al.* Planejamento Financeiro Pessoal dos Estudantes de uma Instituição de Ensino Público Sul-mato-grossense. **Revista de Administração do UNIFATEA**, v. 16, n. 16, 2018.
- ORGANISATON FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Improving Financial Literacy – Analysis of issues and policies**. Paris, 2005.
- PECI, A; SOBRAL, F. **Administração: teoria e prática no contexto brasileiro**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.
- RABELO JUNIOR, T. S.; IKEDA, R. H. Mercados eficientes e arbitragem: um estudo sob o enfoque das finanças comportamentais. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 15, n. 34, p. 97-107, 2004.

SANTOS, A. C.; SILVA, M. Importância do Planejamento Financeiro no Processo de Controle do Endividamento Familiar: Um Estudo de Caso nas regiões Metropolitanas da Bahia e Sergipe. **Revista Formadores**, v. 7, n. 1, p. 05-17, 2014.

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. A. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 41, n. 6, p. 1121-1141, 2007.

SEBRAE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Sobrevivência das empresas no Brasil**. Brasília, 2013. Disponível em: http://www.sebrae.com.br/Sebrae/PortalSebrae/Anexos/Sobrevivencia_das_empresas_no_Brasil=2013.pdf. Acesso em: 25 dez. 2015.

SETTON, M. G. J. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, n. 20, Maio/Ago., 2002.

SOARES, I. *et al.* **Decisões de Investimento: Análise Financeira De Projetos**. São Paulo: Edições Sílabo, 2015.

STRATE, A. B. S. **Implicações provenientes da elaboração de um orçamento familiar**. 209f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ciências Exatas). Centro Universitário UNIVATES. Lajeado: UNIVATES, 2010.

THIRY-CHERQUES, H. R. Pierre Bourdieu: A teoria na prática. **RAP Rio de Janeiro**, v. 40, n. 1, p. 27-55, 2006.

VIEIRA, K. M. *et al.* Níveis de Materialismo e Endividamento: Uma Análise de Fatores Socioeconômicos na Mesorregião Central do Estado no Rio Grande Do Sul. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia da FUNDACE**, v. 5, n. 2, 2014.

VIEIRA, S. F. A.; BATAGLIA, R. T. M.; SEREIA, V. J. Educação financeira e decisões de consumo, investimento e poupança: uma análise dos alunos de uma universidade pública do Norte do Paraná. **Revista de Administração da UNIMEP**, v. 9, n. 3, p. 61-86, 2011.